



Município de Dois Vizinhos

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Ao: **Sr. Prefeito Luis Carlos Turatto**

Parecer nº: **203/2023**

Processo Licitatório nº: **039/2023**

Modalidade: **Inexigibilidade**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

Parecer: O procedimento de inexigibilidade foi solicitado pelo Departamento de Compras, através da CI. 338/2023, em 28 de agosto de 2023 (fls. 03).

Conta do processo o Estudo Técnico Preliminar (fls. 04 a 07) e o Termo de Referência Básico (fls. 08).

O Departamento de Contabilidade forneceu a dotação orçamentária conforme solicitação pelo Departamento de Compras (fls. 09 e 10).

O procedimento de inexigibilidade de licitação atende às normas e condições estabelecidas na Legislação Vigente e também aos aspectos contidos no Art. 25, I, da Lei 8666/93.

No procedimento constam 58 páginas, dispostas no protocolo eletrônico 84690/2023 e recebeu o protocolo de Processo o nº 220/2023.

Justifica-se encontra-se no ETP, anexo ao processo.

Após a análise e julgamento, foi adjudicado o objeto a proponente GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86, com o valor global do objeto R\$ 12.990,00 (doze mil, novecentos e noventa reais).

A documentação do procedimento de inexigibilidade (fls. 15 a 33) foi analisada pelo Departamento Competente do município de Dois Vizinhos.

A minuta do contrato (fls. 43 a 50) foi analisada pela Advogada do Município que opinou pelo prosseguimento do feito, detida estritamente à análise dos aspectos jurídicos-formais, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de atribuições de cargo, bem como as atribuições e responsabilidades de cada setor no processo (princípio da segregação de funções) e justificativas constantes no processo, conforme parecer (fls 51 a 58)..

O extrato do contrato deverá ser publicado na imprensa oficial do Município e a licitação deverá ser divulgada no mural de licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.



Município de Dois Vizinhos

Ressalte-se que o Sistema de Controle Interno não participa da classificação e adjudicação das participantes, como também não possui conhecimento, nem formação para análise jurídica do Processo. Também não compete a este, nenhuma consideração quanto à discricionariedade da Administração Pública, sendo que o processo é encaminhado ao Controle Interno somente após o julgamento pelo Departamento Competente, e que atesta a lisura da licitação quanto a sua fase processual, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e com base no procedimento de inexigibilidade, levando-se o teor do referido Parecer ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

Constata-se que a Administração cumpriu todas as etapas exigidas no edital e legislação vigente. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer.

S.C.I., em Dois Vizinhos, 12 de setembro de 2023.

Adriana Nicaretta Nunes
Sistema de Controle Interno
Decreto nº 19808/2023

Lucimar Meurer Jacoby
Sistema de Controle Interno Adjunto
Decreto nº 19808/2023